



Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **32.402.502/0001-35**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

2. Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas foram publicadas no dia **26 de março de 2021 no sítio eletrônico: qitech.com.br/terms**

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do**



Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

~~MARCELO
BUOSI
MARTINS:3802
6119851~~
Assinado de forma digital por MARCELO BUOSI
MARTINS:38026119851
Dados: 2021.04.20 20:17:57 -03'00'

MARCELO BUOSI MARTINS

Diretor de Riscos e Controles Internos

~~REINALDO
DANTAS:76
895599800~~
Assinado de forma digital por REINALDO DANTAS:76895599800
Dados: 2021.04.22 12:32:16 -03'00'

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP110330/O-6

~~MARCELO
BUOSI
MARTINS:3802
6119851~~
Assinado de forma digital por MARCELO BUOSI
MARTINS:38026119851
Dados: 2021.04.22 12:36:17 -03'00'



QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O **lucro** do semestre findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.470.408,71.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a **Sociedade de Crédito** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2020, os limites operacionais **da Sociedade de Crédito**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

MARCELO
BUOSI
MARTINS:38026
119851

Assinado de forma
digital por MARCELO
BUOSI
MARTINS:38026119851
Dados: 2021.04.22
11:43:47 -03'00'

A DIRETORIA
MARCELO BUOSI MARTINS



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO SA.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à “Sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da “Sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2021.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP13744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

Valores em R\$ mil

A T I V O	NE	31/12/20	31/12/19
CIRCULANTE		155.330	16.673
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	86.887	10.129
DISPONIBILIDADES		1.885	43
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ		85.002	10.086
Aplicações no mercado aberto		85.002	10.086
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	48.070	6.313
Carteira própria		2.011	-
Vinculados a prestação de garantia		46.059	6.313
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		15.089	165
Créditos Vinculados - Dep. Banco Central		15.089	165
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	4.162	-
Empréstimos e títulos descontados		4.202	-
(Provisão para operações de crédito)		(40)	-
OUTROS CRÉDITOS	7	1.107	66
Rendas a receber		60	66
Diversos		1.047	-
OUTROS VALORES E BENS		15	-
Despesas antecipadas		15	-
NÃO CIRCULANTE		355	8.945
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		214	8.855
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	214	8.855
Carteira própria		214	2.301
Vinculados a prestação de garantia		-	6.554
IMOBILIZADO DE USO	3.f	91	81
Outras imobilizações de uso		108	81
(Depreciações acumuladas)		(17)	-
INTANGÍVEL	3.f	50	9
Ativos Intangíveis		62	9
(Amortização acumulada)		(12)	-
TOTAL DO ATIVO		155.685	25.618

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

Valores em R\$ mil

PASSIVO	NE	31/12/20	31/12/19
CIRCULANTE		147.240	22.520
DEPÓSITOS	8	145.691	21.938
Outros depósitos		145.691	21.938
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.549	582
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado	9	-	197
Sociais e estatutárias	10	159	-
Impostos e contribuições diferidos	11	-	54
Fiscais e previdenciárias (demais)	11	873	223
Diversas	12	517	108
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.445	3.098
Capital:	13.a	4.000	2.000
De Domiciliados no país		4.000	2.000
Reservas de lucros	13.b	4.445	1.098
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		155.685	25.618

A DIRETORIA

0

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NE	2º-SEM-20	31/12/20	31/12/19
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.117	4.500	808
Operações de crédito		2.247	2.827	100
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		870	1.673	708
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(38)	(40)	-
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(38)	(40)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.079	4.460	808
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		470	813	703
Receitas de prestação de serviços	15	12.033	15.511	1.491
Despesas de pessoal		(845)	(878)	-
Outras despesas administrativas	16	(8.344)	(10.839)	(625)
Despesas tributárias	17	(1.977)	(2.579)	(132)
Outras receitas operacionais		36	80	1
Outras despesas operacionais		(433)	(482)	(32)
RESULTADO OPERACIONAL		3.549	5.273	1.511
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		3.549	5.273	1.511
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18	(1.222)	(1.803)	(413)
Provisão para imposto de renda		(895)	(1.319)	(258)
Provisão para contribuição Social		(327)	(484)	(101)
IRPJ - Ativo fiscal diferido		-	-	(40)
CSLL - Ativo fiscal diferido		-	-	(14)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO/SEMESTRE		2.327	3.470	1.098
Nº de ações		4.000.000	4.000.000	2.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		0,58	0,87	0,55

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

Semestre de 01/07/20 a 31/12/20

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/20	2.000	55	1.043	1.143	4.241
Aumento de capital	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre				2.327	2.327
Destinações:	-	173	3.174	(3.470)	(123)
Juros capital próprio				(123)	(123)
Reserva legal		173	-	(173)	-
Reserva especial de lucros			3.174	(3.174)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/20	4.000	228	4.217	-	8.445
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	2.000	173	3.174	(1.143)	4.204

Exercício de 01/01/20 a 31/12/20

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/20	2.000	55	1.043	-	3.098
Aumento de capital	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício				3.470	3.470
Destinações:	-	173	3.174	(3.470)	(123)
Juros capital próprio				(123)	(123)
Reserva legal		173		(173)	-
Reserva especial de lucros			3.174	(3.174)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/20	4.000	228	4.217	-	8.445
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	2.000	173	3.174	-	5.347

Exercício de 01/01/19 a 31/12/19

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/19	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício				1.098	1.098
Destinações:	-	55	1.043	(1.098)	-
Reserva legal		55		(55)	-
Reserva especial de lucros			1.043	(1.043)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/19	2.000	55	1.043	-	3.098
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	2.000	55	1.043	-	3.098

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Valores em R\$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	2º-SEM-20	31/12/20	31/12/19
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	2.327	3.470	1.098
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	16	28	-
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	37	39	-
Provisão de impostos no resultado	1.222	1.803	359
Provisão (reversão) de impostos diferidos	-	-	54
	<u>3.602</u>	<u>5.340</u>	<u>1.511</u>
Varição de Ativos e Obrigações			
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(38.316)	(33.116)	(15.168)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	(15.081)	(14.924)	(165)
(Aumento) redução em operações de crédito	(4.109)	(4.201)	-
(Aumento) redução de outros créditos	(1.060)	(1.042)	(66)
(Aumento) redução de outros valores e bens	-	(15)	-
Aumento (redução) em depósitos	101.497	123.753	21.938
Aumento (redução) em impostos e contribuições diferidos	-	(54)	54
Aumento (redução) em outras obrigações	434	665	207
Imposto de renda e contribuição social pagos	(873)	(1.546)	(164)
	<u>46.094</u>	<u>74.860</u>	<u>8.147</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(40)	(97)	(9)
Inversões líquidas no intangível	(41)	(41)	(9)
Dividendos recebidos de coligadas/controladas			
	<u>(81)</u>	<u>(138)</u>	<u>(18)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	2.000	2.000	2.000
Pagamento de juros de capital próprio	36	36	-
	<u>2.036</u>	<u>2.036</u>	<u>2.000</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento			
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>48.049</u>	<u>76.758</u>	<u>10.129</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	38.838	10.129	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	86.887	86.887	10.129

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A.

CNPJ(ME) 32.402.502/0001-35

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2º-SEM-20	31/12/20	31/12/19
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.327	3.470	1.098
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	2.327	3.470	1.098

A DIRETORIA

-

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A QI Sociedade de Créditos Direto S.A (“Companhia”) foi constituída em 08 de agosto de 2018, autorizado pelo Banco Central do Brasil conforme Ofício 24.197 de 29 de novembro de 2018, publicado em 03 de dezembro de 2018, e registrado na Jucesp em 10 de janeiro de 2019, com duração por tempo indeterminado. Tem por objeto social a prática de (i) a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses previstas na lei em vigor; (iii) a análise de crédito para terceiros; (iv) a cobrança de crédito, inclusive para terceiros; (v) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas item (i) por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e (vi) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da Resolução do Banco Central nº 4.656, de 26 de abril de 2018 e regulamentação em vigor.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Companhia Central do Brasil (“Bacen”) e apresentadas de acordo com o requerido pelo Bacen para fins de demonstrações financeiras e com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), quando aplicáveis, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 29 de janeiro de 2021.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações contábeis.

b. Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a análise econômica e os riscos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em oito níveis (de A à H). As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecerão nessa classificação por seis meses, quando serão baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas serão mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas, anteriormente. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

g. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para “Sistema de Processamento de Dados”; e, 10% a.a. para as demais contas. O intangível está representado por “Software” sendo amortizado a taxa de 20% a.a.

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são analisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda da companhia e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e

Obrigações legais - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

l. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	1.885	43
Depósitos bancários	111	10
Fundo de reserva	1.774	33
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	85.002	10.086
NTN – Notas do Tesouro Nacional	-	10.086
LTN – Letras do Tesouro nacional	85.002	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	86.887	10.129

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados em “Títulos para Negociação”, e os valores de custo e de mercado estavam assim representados:

31/12/2020

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Mercado (**)	Custo	Ajuste a valor de mercado
Carteira Própria					
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	2.011	214	2.225	2.228	(3)
Vinculados a Prestação de Garantia					
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	46.059	-	46.059	46.077	(18)
Total	48.070	214	48.284	48.305	(21)

31/12/2019

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Mercado (**)	Custo	Ajuste a valor de mercado
Carteira Própria					
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	-	2.301	2.301	2.304	(3)
Vinculados a Prestação de Garantia					
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	6.313	6.554	12.867	12.870	(3)
Total	6.313	8.855	15.168	15.174	(6)

b. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui contratos de instrumentos financeiros derivativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6 Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 as operações de crédito estão representadas conforme descrito abaixo:

	31/12/2020	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados		
Crédito Pessoal	4.202	-
Operações de crédito carregadas	4.202	-
Provisão para operações de crédito	(40)	-
Empréstimos pessoa física e jurídica	(40)	-
Total	4.162	-

6.1 Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

	R\$ Mil	
	Empréstimos	% da carteira
Pessoas Físicas	4.202	100,00%
Pessoas Jurídicas	-	0,00%
Total	4.202	100,00%

6.2 Composição por vencimento das Operações de Crédito:

	31/12/2020	
	R\$ Mil	%
<u>A Vencer</u>	3.357	80%
Até 15 dias	3.357	80%
<u>Vencidos</u>	845	20%
Até 15 dias	438	10%
De 16 a 30 dias	191	5%
De 31 a 60 dias	85	2%
De 61 a 90 dias	112	3%
De 91 a 120 dias	19	0%
Total	4.202	100,00%

6.3 Classificação das Operações de Crédito por Níveis de Risco:

Nível / Percentual de Risco		Ativo Circulante	
		Empréstimo	Provisões
AA	-	-	-
A	0,50%	3.795	18
B	1%	191	2
C	3%	85	3
D	10%	112	11
E	30%	19	6
F	50%	-	-
G	70%	-	-
H	100%	-	-
Total Geral		4.202	40
Provisões		(40)	

Total Líquido	4.162
----------------------	--------------

6.4 Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações de Crédito:

	Descrição	31/12/2020
	Saldo inicial	-
	Constituições	40
	Reversões	-
	TOTAL	40

7 Outros créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos	1.107	66
Rendas a receber – Serviços prestados	60	66
Diversos	1.047	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2	-
Impostos e contribuições a compensar	873	-
Devedores diversos - País	172	-

8 Depósitos

	31/12/2020	31/12/2019
Conta de pagamento pré-paga	145.691	21.938
Total	145.691	21.938

9 Cobrança, arrecadação de tributos e assemelhados

	31/12/2020	31/12/2019
IOF a Recolher sobre empréstimos	-	197
Total	-	197

10 Outras obrigações – Sociais e estatutárias

	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre capital próprio	159	-
Total	159	-

11 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre o lucro	452	195
Outros	421	28
Impostos e contribuições diferidos	-	54
Total	873	277

12 Outras obrigações – Diversas

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por aquisição de bens e serviços	12	71
Provisão de despesas administrativas	240	35
Credores diversos - País	265	2
Total	517	108

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 4.000 (R\$ 2.000 em 2019), está representado por 4.000.000 de ações ordinárias (2.000.000 em 2019), todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

Em 29 de outubro de 2020 foi deliberado pelos acionistas o aumento de capital social de R\$2.000 para R\$ 4.000, mediante a emissão de 2.000.000 de novas ações no montante de R\$2.000. O processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de novembro de 2020.

b. Destinações do lucro

O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social.

- b) Pagamento às ações representativas do capital social do dividendo obrigatório de 25%;
- c) O pagamento de dividendo suplementar votado pela Assembleia Geral.
- d) O saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

Os lucros serão destinados apenas no encerramento do exercício social.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram transferidos o saldo de lucros do exercício para a reserva legal no montante de R\$ 173 (R\$ 55 em 2019) e para a reserva especial de lucros no montante de R\$ 3.174 (R\$1.043 em 2019).

c. Juros sobre capital próprio

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram provisionados juros sobre capital próprio no montante de R\$ 187, conforme Resolução Bacen nº 4.706 de 19/12/2018, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 47 de IR e R\$ 17 de CS

14 Transações com partes relacionadas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentava o saldo de R\$ 162 a receber da relacionada abaixo, referente pagamento de despesas.

	31/12/2020	31/12/2019
QI Tech - Intercompany	(162)	-

15 Receita de prestação de serviços

	2ºSem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Rendas por serviços de pagamento	10.436	12.834	1.014
Rendas de outros serviços	1.597	2.677	477
Total	12.033	15.511	1.491

16 Outras despesas administrativas

	2ºSem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de aluguel	(47)	(92)	(27)
Despesas de comunicação	(32)	(66)	(24)
Despesas processamento de dados	(454)	(697)	(205)
Despesas por comissão operacional e ATP Tecnologia	(7.237)	(8.814)	-
Despesas com serviços do sistema financeiro	(300)	(750)	(251)
Despesas com serviços técnicos especializados	(113)	(178)	(75)
Outras despesas administrativas	(161)	(242)	(43)
Total	(8.344)	(10.839)	(625)

17 Despesas tributárias

	2ºSem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Impostos sobre Serviços - ISS	(602)	(776)	(75)
Cofins	(1.122)	(1.465)	(44)
PIS	(242)	(315)	(9)
Outras despesas tributárias	(11)	(23)	(4)
Total	(1.977)	(2.579)	(132)

18 Imposto de renda e contribuição social

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia estava sendo tributada pelo Lucro Real Anual:

	31/12/2020
Resultado antes da tributação do IRPJ e CSLL	5.273
Adições de despesas indedutíveis	43
Adição de provisão de devedores duvidosos	40
Adição de ajuste de valor ao mercado	16
Exclusão de Juros sobre capital próprio	(187)
Base do lucro real	5.185
IR 15%	(778)
Adicional 10%	(494)
Efeito tributário – IR s/ juros de capital próprio	(47)
Total de despesas com Imposto de Renda	(.1.319)
CSLL 9%	(467)
Efeito tributário – CS s/ juros de capital próprio	(17)
Total de despesas com Contribuição Social	(484)
Total do IRPJ e Contr. Social	(1.803)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava sendo tributada pelo Lucro Presumido:

	31/12/2019
Renda da atividade operacional	1.491
Presunção 32%	477
Rendimento de aplicações financeiras	815
Base de do lucro presumido	1.292
IR 15%	(193)
Adicional 10%	(105)
CSLL 9%	(115)

Total do IRPJ e Contr. Social

(413)

19 Outras informações

a. Gerenciamento da estrutura de capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição.

Visando ao atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a Companhia adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos.

b. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação as operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17.

d. Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse.

20 Contingencies

A Companhia não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações financeiras.

21 Outros assuntos

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos provenientes da pandemia ocasionada pelo Covid-19 na economia mundial, e em especial, no mercado brasileiro. Dentro deste contexto, considerando os riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, e, todavia, nas circunstâncias, não foram observados eventuais impactos nas suas operações.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador
CRC 1SP110330/O-6